

Bacharelado em Relações Internacionais

Código da disciplina: BRI-0079
Nome da disciplina: Transições e Justiças: teorias e práticas
Nome da disciplina em inglês: Transitions and Justices: theories and practices
Semestre ideal (do 5º ao 8º): 5º
Disciplina(s) requisito(s) (se necessário): não há requisito
Justificativa para o requisito:

Proposta de criação: Criação de disciplina específica do bacharelado, aumentando o leque de optativas eletivas oferecidas por professores do próprio curso ou professores visitantes, sempre por decisão da Comissão de Curso.

Créditos Aula:	4
Créditos Trabalho:	0
Carga Horária Total:	60 h
Tipo:	Semestral
Oferece 2ª avaliação (recuperação)?	Sim

Docente Responsável:

Christian Jecov Schallenmüller

Objetivos:

Do ponto de vista material da formação dos alunos, a disciplina possui basicamente dois objetivos: familiarizá-los com distintas teorias sobre Justiça de Transição e explorar algumas de suas práticas em diferentes experiências, especialmente na América Latina e na África. Do ponto de vista pedagógico, a disciplina também terá por objetivo o aperfeiçoamento da exposição oral de seminários e da escrita de textos acadêmicos por parte dos alunos.

Programa resumido (ementa):

O programa contará com três módulos. O primeiro explorará inicialmente alguns dos textos centrais da chamada Transitologia, para depois discutir diferentes abordagens teóricas e históricas sobre a Justiça de Transição, e alguns de seus principais mecanismos. O segundo módulo colocará os alunos em contato com uma literatura que debruça sobre algumas experiências empíricas e também sobre as interpretações do Sistema Interamericano de Direitos Humanos a respeito do tema. Por fim, no terceiro módulo, os alunos terão um contato mais aprofundado com a experiência brasileira, sendo convidados inclusive a realizar, com base na bibliografia já estudada, uma leitura crítica sobre parte do relatório final da Comissão Nacional da Verdade.



Programa:

Módulo I: Da Transitologia à Justiça de Transição. O módulo partirá de uma revisão crítica de alguns dos textos centrais da chamada Transitologia, muito influente no curso da chamada terceira onda de redemocratizações, para depois explorar algumas formulações teóricas e históricas sobre a Justiça de Transição, bem como alguns de seus principais mecanismos.

Módulo II: Experiências empíricas de Justiça de Transição e interpretações do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Módulo III: Aproximação ao caso brasileiro. Revisão bibliográfica e estudo crítico do volume 1 do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

As aulas serão compostas por uma parte expositiva e uma parte em que os alunos apresentarão seminários sobre a bibliografia estudada. Ao longo da disciplina, também serão eventualmente convidados acadêmicos e outras personalidades envolvidas com a temática para exporem pequenos seminários em debate com os alunos.

Bibliografia (obrigatória e complementar):

ABRÃO, Paulo & TORELLY, Marcelo. 2011. O programa de reparações como eixo estruturante da Justiça de Transição no Brasil. In: REATEGUI, Felix (org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça; New York: International Center for Transitional Justice.

AMNISTIA INTERNACIONAL. 2012. *Colômbia: La ley de víctimas y de restitución de tierras*. London: Amnesty International Publications.

BASCH, F. F. 2007. The doctrine of the Inter-American Court of Human Rights regarding State's duty to punish human rights violations and its dangers. In: *American University International Law Review*, v. 23, n.1.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. 2014. *Relatório*, vol. 1. Brasília: CNV.

DALY, Erin. 2008. Truth Skepticism: an Inquiry into the Value of Truth in Times of Transition. In: *International Journal of Transitional Justice*, 2 (2008).

ELIAS, Jose Sebastian. 2008. Constitutional Changes, Transitional Justice and Legitimacy: The Life and Death of Argentina's "Amnesty" Laws, *Hastings International and Comparative Law Review* 2, pp. 587-646.

ELSTER, Jon. 2004. *Closing the books: transitional justice in historical perspective*. New York: Cambridge University.

FREEMAN, Mark. 2009. *Necessary Evils: Amnesties and the Search for Justice*. New York: Cambridge University Press.

GREIFF, Pablo de. 2012. Theorizing Transitional Justice. In: WILLIAMS, Melissa S.; NAGY, Rosemary; ELSTER, Jon (eds.). *Transitional Justice*. New York and London: New York University Press.

_____. 2010. Justiça e Reparações. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n. 3. Brasília: Ministério da Justiça.

HANASHIRO, O. 2001. *O sistema interamericano de proteção aos direitos humanos*. São Paulo: Edusp.

HAYNER, Priscilla B. 2010. *Unspeakable truths: facing the challenges of Truth Commissions*. New York: Routledge.



- HILBINK. 2007. *Judges beyond politics in democracy and dictatorship: lessons from Chile*. Cambridge: Cambridge University Press.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). 2015. *Comissão Nacional da Verdade: balanços e perspectivas da finalização de seu processo político-institucional*. V Relatório de Monitoramento. Rio de Janeiro: ISER.
- LIMA, Raquel da C. 2012. A emergência da responsabilidade criminal individual no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. In: *Lua Nova*, 86.
- LINZ, Juan J. & STEPAN, Alfred. 1996. *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- MAGARRELL, Lisa. 2007. *The Nature and Objectives of Reparations*, International Center for Transitional Justice.
- MEZAROBBA, Glenda. 2007. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)*. Tese de doutorado: Departamento de Ciência Política (USP).
- _____. 2010. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: SAFATLE, Vladimir & TELES, Edson (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- NEVES, Raphael. 2014. *Healing the past or causing more evil? Amnesty and Accountability during transitions*. Ph.D. Dissertation defended at the Department of Political Sciences at the New School for Social Research, New York. (CAP. 3).
- O'DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe C. 1988. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- ORENTLICHER, Daiane. 2004. Whose Justice? Reconciling Universal Jurisdiction with Democratic Principles. In: *Georgetown Law Journal*, 92 (6): 1057–1134.
- _____. 2007. 'Settling Accounts' Revisited: Reconciling Global Norms with Local Agency. In: *International Journal of Transitional Justice*, 1 (1).
- PAIGE, Arthur. 2009. How "Transitions" Reshaped Human Rights: a conceptual history of Transitional Justice. In: *Human Rights Quarterly*, vol. 31, n. 2.
- PEREIRA, Anthony W. 2005. *Political (in)justice: authoritarianism and the Rule of Law in Brazil, Chile and Argentina*. University of Pittsburgh Press.
- QUINALHA, Renan H. 2012. *Justiça de Transição: contornos do conceito*. São Paulo: Expressão Popular.
- ROHT-ARRIAZA, Naomi. 2005. *The Pinochet Effect: Transnational Justice in the Age of Human Rights*. University of Pennsylvania Press.
- SIKKINK, K. 2011. A Era da Responsabilização: a ascensão da responsabilização penal individual. In: *Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre.
- SIKKINK, K & WALLING, C. B. 2006. Argentina's contribution to global trends in transitional justice. In: ROHT-ARRIAZA, Naomi & MARIEZCURRENA, Javier (eds.). *Transitional Justice in the twenty-first century: beyond truth versus justice*. Cambridge USA Press.
- _____. 2010. O impacto dos processos judiciais de direitos humanos na América Latina. In: Reis, R. R. (org.). *Política de direitos humanos*. São Paulo: Hucitec.
- SIKKINK, K. 2011. *The justice cascade: how human rights prosecutions are changing world politics*. New York: W. W. Norton & Co.
- SKAAR, E. 2011. Chile: from Truth to Trials. In: _____. *Judicial Independence and Human Rights in Latin America: violations, politics and prosecution*. New York: Palgrave Macmillan.
- SUMMERS, Nicole. 2012. Colombia's Victims' Law: Transitional Justice in a Time of Violent Conflict? *Harvard Human Rights Journal*, v. 25, n. 1, p. 219–235.
- TEITEL, Rutí. 2003. Transitional Justice Genealogy. In: *Harvard Human Rights Journal*, v. 16.
- TORELLY, Marcelo. 2018. Assessing a late Truth Commission: Challenges and Achievements of



the Brazilian National Truth Commission, *International Journal of Transitional Justice*, 0, 1-22.

VENTURA, Deisy. 2011. A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional. In: *A Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre.

UNITED NATIONS. Office of the High Commissioner for Human Rights. 2009. *Rule-Of-Law Tools for Post-Conflict States: Amnesties*, HR/PUB/09/1. (CAPS. 1 e 2).

UNITED NATIONS. Office of the High Commissioner for Human Rights. 2006. *Rule-Of-Law Tools for Post-Conflict States: Prosecution Initiatives*. HR/PUB/06/4 (2006).

WEICHERT, M. A. 2014. A obrigação constitucional de punir graves violações aos direitos humanos. In: PIOVESAN, Flávia & PRADO, Inês V. S. (orgs.) *Direitos Humanos atual*. Rio de Janeiro: Elsevier.

WILSON, Richard. 2005. *The Politics of Truth and Reconciliation in South Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.

Avaliação

Método

A disciplina será composta por aulas divididas em uma parte expositiva e uma parte em que os alunos apresentarão seminários com base na bibliografia estudada. Os alunos serão avaliados pela apresentação de seminários e por meio de um trabalho final.

Critério

A nota tanto da apresentação dos seminários quanto do trabalho será de zero a dez (com base no desempenho comparado dos alunos e também em uma expectativa sobre o desempenho acadêmico em nível de graduação). A nota do seminário terá peso três e a do trabalho escrito, peso sete na composição da nota final.

Norma de Recuperação

Alunos com nota entre 3,0 e 4,9 e frequência mínima de 70% poderão participar da recuperação, que consistirá em uma prova de três horas de duração e com consulta. A média final do aluno neste caso será ponderada entre a nota da recuperação (peso sete) e a nota do seminário (peso três).

Programação das aulas

Aula 1 (1º de março): apresentação e organização do curso.

Aula 2 (8 de março): O'DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe C. 1988. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais. (CAPS. 4, 5 e 7).

QUINALHA, Renan H. 2012. *Justiça de Transição: contornos do conceito*. São Paulo: Expressão Popular. (CAP. 1).



Aula 3 (15 de março): PAIGE, Arthur. 2009. How “Transitions” Reshaped Human Rights: a conceptual history of Transitional Justice. In: *Human Rights Quarterly*, vol. 31, n. 2.
TEITEL, Ruti. 2011. Genealogia da Justiça Transicional. In: REATEGUI, Felix (org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça; New York: International Center for Transitional Justice.

Aula 4 (22 de março): NEVES, Raphael. 2014. *Healing the past or causing more evil? Amnesty and Accountability during transitions*. Ph.D. Dissertation defended at the Department of Political Sciences at the New School for Social Research, New York. (CAP. 3).
UNITED NATIONS. Office of the High Commissioner for Human Rights. 2009. *Rule-Of-Law Tools for Post-Conflict States: Amnesties*, HR/PUB/09/1. (CAPS. Intro, 1 e 2).

Feriado (29 de março – Semana Santa)

Aula 5 (5 de abril): HAYNER, Priscilla B. 2010. *Unspeakable truths: facing the challenges of Truth Commissions*. New York: Routledge. (CAPS. 1 a 3 e 11).
(CAPS. 4 e 5 – Argentina, Chile, El Salvador e Chile 2).

Aula 6 (12 de abril): MAGARRELL, Lisa. 2007. *The Nature and Objectives of Reparations*, International Center for Transitional Justice.
GREIFF, Pablo de. 2010. Justiça e Reparações. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n. 3. Brasília: Ministério da Justiça.

Aula 7 (19 de abril): SIKKINK, K & WALLING, C. B. 2010. O impacto dos processos judiciais de direitos humanos na América Latina. In: Reis, R. R. (org.). *Política de direitos humanos*. São Paulo: Hucitec.
SIKKINK, K. 2011. A Era da Responsabilização: a ascensão da responsabilização penal individual. In: *A Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre.

Aula 8 (26 de abril): WILSON, Richard. 2005. *The Politics of Truth and Reconciliation in South Africa*. Cambridge: Cambridge University Press. (CAP. 2)
(CAP. 4)

Aula 09 (3 de maio): ELIAS, Jose Sebastian. 2008. Constitutional Changes, Transitional Justice and Legitimacy: The Life and Death of Argentina’s “Amnesty” Laws, *Hastings International and Comparative Law Review* 2, pp. 587-646. (I-II)
(III-IV)

Aula 10 (10 de maio): MEZAROBBA, Glenda. 2007. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)*. Tese de doutorado: Departamento de Ciência Política (USP). (CAP. Sobre Chile).
SKAAR, Elin. 2011. Chile: from Truth to Trials. In: _____. *Judicial Independence and Human Rights in Latin America: violations, politics and prosecution*. New York: Palgrave Macmillan.



Aula 11 (17 de maio): SUMMERS, Nicole. 2012. Colombia's Victims' Law: Transitional Justice in a Time of Violent Conflict? *Harvard Human Rights Journal*, v. 25, n. 1, p. 219–235.
AMNISTÍA INTERNACIONAL. 2012. *Colombia: La ley de víctimas y de restitución de tierras*. London: Amnesty International Publications.

Aula 12 (24 de maio): HANASHIRO, O. 2001. *O sistema interamericano de proteção aos direitos humanos*. São Paulo: Edusp.

LIMA, Raquel da C. 2012. A emergência da responsabilidade criminal individual no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. In: *Lua Nova*, 86.

Feriado (31 de maio – Corpus Christi)

Aula 13 (7 de junho): ABRÃO, Paulo & TORELLY, Marcelo. 2011. O programa de reparações como eixo estruturante da Justiça de Transição no Brasil. In: REATEGUI, Felix (org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça; New York: International Center for Transitional Justice.

MEZAROBBA, Glenda. 2010. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: SAFATLE, Vladimir & TELES, Edson (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo.

Aula 14 (14 de junho): VENTURA, Deisy. 2011. A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional. In: *A Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre.

WEICHERT, M. A. 2014. A obrigação constitucional de punir graves violações aos direitos humanos. In: PIOVESAN, Flávia & PRADO, Inês V. S. (orgs.) *Direitos Humanos atual*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Aula 15 (21 de junho): TORELLY, Marcelo. 2018. Assessing a late Truth Commission: Challenges and Achievements of the Brazilian National Truth Commission, *International Journal of Transitional Justice*, 0, 1-22.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. 2014. *Relatório*, vol. 1. Brasília: CNV. (trechos selecionados).